

Dívida: Bresser explica a proposta.

Mas o ministro, que está em Viena, ainda não quer nem ouvir nem falar em suspensão da moratória e em acordo com o FMI para obter financiamentos

O ministro Bresser Pereira, da Fazenda, só admitiu a possibilidade de o Brasil suspender a moratória e concluir um acordo com o FMI para obter dinheiro do Clube de Paris e dos bancos japoneses no final do processo de negociação com os credores, que poderá ser aberto até o final do mês, após a apresentação da proposta brasileira às vésperas do início da reunião do Fundo Monetário.

Antes disso, Bresser não quer ouvir nem falar desse assunto. Ele se encontra na capital austríaca, Viena, para falar esta manhã no 3º **Congressional Summit, an Economic Agenda for 1990**, quando deverá traçar as principais linhas do que poderá ser a proposta brasileira. Segundo o ministro, nas conversas que manteve ontem em Viena, a disposição do Brasil de apresentar uma proposta concreta de negociação é vista como algo natural que estava para acontecer. Ainda segundo ele, há muito tempo esperava-se que algum país formulasse uma proposta nesse sentido.

Indagado sobre notícias divulgadas pela imprensa norte-americana, segundo as quais sua viagem aos Estados Unidos seria para "desativar uma bomba prestes a estourar", Bresser Pereira explicou que, para algumas pessoas, a atual disposição do Brasil pode ser considerada uma bomba no sistema financeiro internacional, mas que na verdade não é nada disso: "Trata-se de algo muito razoável. Uma proposta baseada nas possibilidades reais do Plano Macroeconômico, muito interessante também para os bancos, pois garante o retorno razoável sobre o valor da dívida".

Solução?

O ministro da Fazenda procurou dar ênfase à proposta que pretende garantir a reintegração do País no sistema financeiro internacional. Segundo ele, existe uma ideia de que são os radicais que impedem a volta do Brasil ao sistema financeiro internacional, mas isso não corresponde à verdade: "Quem impede é a dívida e a fórmula tradicional, pouco imaginativa, como se tem procurado administrar a até agora. Essa proposta vai ser um caminho para uma solução definitiva do problema da dívida para nós e para os bancos".

Perguntado se estava convencido de que os bancos vão aceitar a proposta brasileira e lembrado de que alguns já reagiam negativamente quando informados de suas linhas gerais, o ministro Bresser Pereira disse que os bancos só poderão reagir quando tiverem conhecimento da proposta integral, o que não é o caso atual, razão pela qual, a seu ver, as reações atuais não têm sentido, pois eles não conhecem os detalhes.

Por enquanto, a missão do assessor especial do Banco Central, Fernão Bracher, efetuando consultas junto a algumas personalidades importantes nos meios financeiros europeus, ainda não apresentou resultados. Ele já passou pela França, Suíça e Alemanha, devendo visitar a Grã-Bretanha na segunda-feira. Fernão Bracher e Antônio de Pádua Seixas, este último diretor da Área Externa do Banco Central, desembarcaram em Roissy na quarta-feira, seguindo diretamente para Amiens, cidade do Interior da França, onde foram recebidos na casa de campo do presidente do Banco da França, Jacques de Larosière.

Segundo o ministro da Fazenda, desde 1982 houve tentativas de resolver a crise como se fosse um

problema conjuntural e que bastariam financiamentos para se encaminhar uma solução. A seu ver, essa abordagem malogrou do ponto de vista dos países devedores, países credores e dos próprios bancos. De um lado, os devedores permaneceram estagnados e passaram a transferir recursos para o Exterior. As taxas de inflação foram aumentadas pelas constantes desvalorizações cambiais. Além do mais, atualmente, na sua opinião, não existe nenhuma perspectiva de mudança, lembrando que as possibilidades do comércio mundial são péssimas. Também para os credores a abordagem malogrou, segundo o ministro. Eles deixaram de exportar para os países devedores e só os EUA, entre 30 e 40 bilhões de dólares anuais. Finalmente, os bancos foram capazes de reduzir sua dependência nos últimos anos, mas em compensação foi ficando cada vez mais claro para eles que essa dívida é incobrável e isso o próprio mercado financeiro em que operam tem mostrado. As ações perderam valor e surgiu um mercado secundário de títulos que os penaliza fortemente com a redução de valor de até 50%.

Bresser Pereira argumenta também com o índice de endividamento dos países devedores, que aumentou sensivelmente. A seu ver, os países devedores não têm condições de pagar a totalidade dos juros. Em média, só têm capacidade de pagamento de 25%, financiando os demais 75%. Depois de dez anos verifica-se que a dívida desses países dobra de valor. Diante de tudo, isso prega a necessidade de uma solução inovadora, reconhecendo que deve haver, no início, um desconto e acrescentando: "Mais tarde se paga a diferença. Era preciso que alguém fizesse uma proposta desse tipo. Isso vinha sendo sempre adiado por conservadorismo".

Como seria

Mesmo não estando ainda totalmente definida, Bresser Pereira repetiu algumas linhas principais da proposta que está sendo preparada. A dívida avaliada em 64 bilhões de dólares será dividida em duas partes, sendo 50% dela negociados em novas bases, transformando-a em títulos a uma taxa de juros fixa que representará um desconto sobre a dívida nos primeiros anos, mas no final do processo o País deverá pagar toda sua dívida. Os 50% restantes serão renegociados na base antiga.

O ministro da Fazenda reconhece que o objetivo do País é voltar ao caminho da negociação, mas não ao tradicional e convencional como algumas áreas financeiras européias esperavam. Ainda ontem, jornais da Europa, entre eles, o especializado em economia da França, **Les Echos**, em artigo sobre a dívida brasileira, afirmava que o País havia escolhido o caminho da sabedoria, optando pela volta à negociação convencional, o que não corresponde à fala do ministro. O jornal admite que nos últimos meses ocorreu uma deterioração das relações entre o Brasil e seus credores a ponto de bancos norte-americanos ameaçarem proceder a uma desclassificação da dívida brasileira, aumentando suas reservas contra eventuais não pagamentos do Brasil. Sobre isso, o ministro Bresser Pereira preferiu não falar, limitando-se a responder: "Estou fazendo a minha negociação. Isso é problema deles e não meu".

**Reali Jr.,
enviado especial a Viena.**